

## AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### SENADO FEDERAL

Plenário – 11/10, às 16h

Nesta semana, o Plenário do Senado Federal fará sessão deliberativa apenas na terça-feira (11/10) para a apreciação e deliberação de duas Medidas Provisórias já deliberadas na Câmara dos Deputados, e possíveis outras que venham a ser deliberadas pela Câmara dos Deputados na sessão deliberativa de segunda-feira (10/10):

- **MP 1.120/2022**, que transforma Funções Gratificadas em Cargos Comissionados de Direção e Cargos Comissionados de Gerência Executiva destinados à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
- **MP 1.121/2022**, que dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.

No âmbito das Comissões Temáticas do Senado Federal, há duas reuniões agendadas para terça-feira (10/10). A Comissão de Ciência e Tecnologia pretende discutir, em audiência pública, o impacto da Medida Provisória nº 1.136, de 29 de agosto de 2022, sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor realizará uma reunião no mesmo dia.

Na quinta-feira (13/10), está agendada uma reunião da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, para debater a situação e o contexto da Avaliação Biopsicossocial.

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 10/10, às 15h

O Plenário da Câmara dos Deputados fará sessão deliberativa apenas nesta segunda-feira (10/10), às 15h, para a apreciação e deliberação das seguintes Medidas Provisórias:

- **MP 1.122/2022**, que reabre o prazo de opção de servidores dos ex-Territórios Federais para serem enquadrados nas carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento e o prazo de opção dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Magistério do Ensino Básico dos ex-Territórios para serem enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que tratam os art. 29 e art. 34 da Lei nº 13.681, de 18 de junho de 2018.
- **MP 1.123/2022**, que altera a Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.
- **MP 1.124/2022**, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em autarquia de natureza especial e transforma cargos em comissão.
- **MP 1.125/2022**, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- **MP 1.126/2022**, que revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.
- **MP 1.127/2022**, que altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para modificar a forma de reajuste das receitas patrimoniais da União decorrentes da atualização da planta de valores.

Na ocasião, também poderão ser deliberadas proposições legislativas, destacam-se:

- **PL 4.401/2021**, que retorna do Senador Federal por um Substitutivo, que dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir a prestadora de serviços de ativos virtuais no rol de instituições sujeitas às suas disposições.
- **PL 1.742/2022**, que altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal brasileiro, para prever a perda de cargo, emprego, função pública ou mandato eletivo para os apenados por crimes de violência contra a mulher.
- **PL 1.906/2022**, que altera as Leis n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União e n.º 13.869, de 5 de setembro de 2019 – Lei de Abuso de Autoridade, para, cumprindo o disposto na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, dos quais o Brasil é signatário, prever medidas que reforçam a prevenção e o combate à violência contra a mulher, inclusive em seu ambiente de trabalho.

No âmbito das Comissões temáticas da Câmara dos Deputados, estão agendadas quatro reuniões durante a semana. Haverá reuniões deliberativas da: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; Comissão de Viação e Transportes; e Comissão de Esportes.